

4 “A” SEDE PRÓPRIA

AOS 07/08/1970 VEIO A OCUPAR A SEDE PRÓPRIA,
SITO À AV. MANUEL CALDEIRA DE ALVARENGA – Nº 1203

Como se pode perceber, existe um hiato de 10 anos entre a instalação da escola em sua primeira sede própria e a transferência para as edificações da Rua Manuel Caldeira de Alvarenga. Desde a época na qual me dediquei a minha dissertação, considerava este fato intrigante e apenas comecei a entendê-lo há cerca de 2 anos quando tive a oportunidade de entrevistar a professora Daisy Azeredo de Alvarenga Menezes que, em suas próprias palavras, teve “a parte mais significativa de sua trajetória profissional ligada “**ao**” Sarah: de professora a diretora”, cargo este que exerceu por muitos anos e em 2 diferentes ocasiões.

Ao ser questionada sobre os motivos que levaram a tantos anos de espera para conseguir a transferência ela fez a seguinte narrativa:

(...) o galpão que nós ficamos era ridículo, acho que era um posto de venda (...) o problema é o seguinte deixa eu explicar como foi a situação: **o** Sarah¹, quando passou da escola Venezuela para este “simbólico” vamos dizer assim, galpão de laranjas, mal construído, lá a Sol Garson foi diretora, espera o Niel Aquino foi o primeiro diretor. Ele implicava comigo dizendo que eu era a porta bandeira da escola, porque eu era a professora mais jovem, aquilo era uma pocilga que foi remodelado é que. bem a história **do** Sarah é muito complexa deixa eu tentar te explicar. **O** Sarah não era para ter sido feito naquele lugar era para ter sido construído onde fizeram a FEUC², mas por motivos que nós não conhecemos, políticos ou venda, venda do terreno talvez pela questão de a quem este terreno pertencesse. Foi comprada aquela área de 42.000 metros quadrados, na época o prefeito era o Negrão de Lima então o que eles fizeram? O jardim que era uma gracinha, perfeito até os vasos sanitários tudo próprio para criança. O primeiro a ficar pronto foi o ginásio de esportes. **O** que aconteceu? Quando o Negrão saiu veio o Lacerda e disse “Para com esta obra isto é uma “Brasília”³, nós não vamos terminar isto. Então o que

¹ Lembrando que “O Sarah” jamais esteve alocado na escola Venezuela.

² Fundação Educacional Unificada Campograndense.

³ Em outro momento deste trabalho, mencionei o orgulho com que Arthur Miécimo Filho se referira a este mesmo epíteto, para ele, significado de algo pioneiro e moderno. Para Halbwachs (2004), a memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, sempre a “um ponto de vista sobre a memória coletiva” (p.55). Um olhar que deve

aconteceu? Destruíram tudo. roubaram tudo. os vasos sanitários, o primeiro grau abandonado completamente, durante anos e anos seguidos, treze anos. Dizem até que mataram um vigia lá dentro, no prédio do 2º grau que estava sendo levantado, o mato foi tomando conta de tudo. Enquanto isto eu permanecia atuando naquela “escolinha” onde eu era tudo. A Escola Normal Sarah Kubitscheck, na frente havia o jardim, meu filho estudou lá, eu era professora de didática da linguagem e os diretores foram saindo e quando o diretor não estava eu representava, regia os hinos, mas era horrível, quando chovia tudo ficava inundado e eu pensava: “Meu Deus como vai ser? A documentação destas crianças vai se perder”. Eu ia lá às vezes visitar com o diretor Celso Jacobina, o que teve problema com a Jacinta, um dia ele disse:- vamos sair de lá, sair daquele prédio que inunda tentar colocar o primeiro grau mesmo que funcionando precariamente, refazer alguma coisa. Passamos a funcionar parte da escola na Coronel Agostinho e parte na Manuel Caldeira de Alvarenga o nome desta avenida alias era uma homenagem ao avô do meu marido”

Este depoimento me remeteu quase que imediatamente à crítica que Halbwachs tece à pesquisa histórica, reportando-se obviamente a práticas do início do século XX.

O que justifica ao historiador estas pesquisas de detalhe, é que o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e merece ser enfatizado e transcrito na mesma medida. Ora, um tal gênero de apreciação resulta de que não se considera o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou mesmo que existiram, para que, ao contrário, todos os acontecimentos, todos os lugares e todos os períodos estão longe de apresentar a mesma importância, uma vez que não foram por eles afetadas da mesma maneira (p. 89-90).

Com efeito, além de conferir uma “menor importância” aos acontecimentos anteriores à mudança para a sede própria, a professora Dayse também tem esta transferência como uma espécie de “marco orientador” de suas memórias (até porque o **antes** é muito “complexo”). Todo material cedido pela professora Dayse Alvarenga, encontrado em anexo neste trabalho, segue fielmente a ordem segunda a qual a mesma o organizou e esta organização se inicia exatamente com a transferência da escola e sua nomeação como diretora da

sempre ser considerado, sem que se perca de foco o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios e, como no bojo desta pesquisa, outros contextos sócio-históricos.

mesma. Mas o volume do material, a meticulosidade do registrar, ficaram nitidamente mais intensos depois de 1974, com a inauguração oficial da nova sede, o que acaba fazendo deste um dos menores capítulos desta tese.

Quando entrevistei a professora Dayse Alvarenga, uma “particularidade gestual” chamou minha atenção: à medida em que sua narrativa ia se reportando aos acontecimentos posteriores ao ano de 1971, suas mãos gradativamente abandonavam um meneio suave, um tanto desdenhoso, para adotarem um gestual vibrante próximo ao de um maestro regendo sua orquestra, o que me remeteu a Portelli (2000) quando este enfatiza que:

Com o desenvolvimento da imagem digital e a facilidade cada vez maior da tomada de imagens e de sua flexibilidade, que, no limite, torna desnecessário o trabalho do cinegrafista, coloca-se o problema da multiplicação de entrevistas sistematicamente filmadas. Várias grandes coletas já a utilizam; por exemplo, no caso dos testemunhos dos deportados (ver o empreendimento de Spielberg). (...) Percebemos o grande interesse que têm: ao lado da palavra, a linguagem das mímicas, das expressões e dos gestos; mas ressaltamos, também, todos os seus constrangimentos: uma intervenção ainda maior do entrevistador e, em consequência, o caráter cada vez mais construído do testemunho. Para os entrevistados mais frágeis, bloqueios adicionais. As dificuldades de interpretação são maiores: seja temos grande tendência para nos limitar ao conteúdo, raramente fazendo o estudo dos silêncios ou das hesitações, o que esperar, então, de mímicas e gestos?

Fotos, bilhetes, documentos manuscritos ou não, ”oficiais” ou “pessoais”, o material conduz e constrói a leitura de um trabalho como este que adota como escoras: memória e monumentalização. O álbum de bilhetes da professora (Anexo 4) tem como primeiro registro um amoroso bilhete de sua mãe, felicitando-a pela “sublime missão” que a mesma acabara de assumir; seguem-se, então, alguns cartões “afetivos”, até que uma página se dedica a registros mais “formais”: um cartão de agradecimento assinado pelo então secretário de Estado de Administração, num bilhete com o timbre da Escola Normal Júlia Kubitscheck. Sua direção, ao congratular a professora pela inauguração do IESK, enfatiza que tal ocasião é a “concretização do tanto que ainda sonhamos”, provavelmente indicando a ambição de que sua instituição também fosse ser transformada em Instituto de Educação, desejo nunca concretizado.

Como não comentar o cartão no qual o governador Chagas Freitas a congratula “pela instalação do telefone no colégio Estadual Sarah Kubitscheck”?

Em sua entrevista, a professora Dayse, com indisfarçável orgulho, lembrou que “a primeira ligação recebida foi a do governador”. Ela recebeu congratulações pomposas, porque “sua” escola, aquela para qual ela antevia, num período muito curto de tempo, um papel vital para a educação nacional, ganhara um telefone...

A professora incluiu ainda alguns comentários sobre a “falta de visão do Lacerda” que, segundo ela, pouca atenção conferia à região, para então começar a falar daquele que segundo ela tinha uma “genuína preocupação para com a Zona Oeste e com “o Sarah”, o governador do estado da Guanabara Chagas Freitas.

A professora relata que, com o falecimento do professor Celso Jacobina, o governador não apenas a nomeou oficialmente para a direção da instituição, como lhe deu “carta branca” para que ela se colocasse à frente das obras que permitiriam a finalização do prédio da Avenida Manuel Caldeira de Alvarenga.

Creio que para que seja possível uma melhor compreensão das questões evidenciadas por esta entrevista, este texto necessita fazer uma digressão sobre a política carioca e nacional no início dos anos de 1970 além de se debruçar sobre a própria carreira de Chagas Freitas.

4.1 O ENXADRISTA

Das qualidades necessárias ao jogo de xadrez, duas essenciais: vista pronta e paciência beneditina, qualidades preciosas na vida que também é um xadrez, com seus problemas e partidas, umas ganhas, outras perdidas, outras nulas (Machado de Assis, 1878).

À medida que esta pesquisa avançava ficava cada vez mais nítida a necessidade de não perder de vista a inter-relação entre tempo e espaço, texto e contexto. Creio que a citação de Machado de Assis, acima, traduz a maneira como passei a conceber os acontecimentos, as pessoas, as peculiaridades, tudo que julgo ter perpassado a elaboração da identidade social da instituição.

Nascido em 1914, Chagas Freitas iniciou sua carreira política candidatando-se a deputado federal pelo então Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 1950. A derrota neste pleito parece ter sido uma centelha para suas ambições políticas e como ele poderia satisfazê-las. Ele parece ter se preparado para que isto não mais ocorresse. Nos anos seguintes, além de conquistar uma grande influência

nos meios jornalísticos cariocas, em geral, passou, em 1950, a controlar o jornal “A Notícia”, segundo Motta (1999):” jornal comprado em sociedade com Ademar de Barros, no intuito de consolidar o PSP no Distrito Federal, e de inflar a futura candidatura presidencial do governador paulista”. No ano seguinte ele fundou o jornal “O Dia”.

Os dois periódicos tinham forte apelo popular, alcançando assim um público de baixa renda, o que permitiu que tivessem uma penetração inédita na Baixada Fluminense e nos bairros mais distantes do Rio de Janeiro. Nas palavras de Sarmiento, Chagas Freitas:

Se não se destacava como *tribuno*, papel que exigia boa retórica e carisma, reconhecido tanto pelos pares como por aqueles não pertencentes ao ambiente estritamente parlamentar, ou seja, a opinião pública em geral, dominava os instrumentos da *mediação* do debate político, da capacidade de convencer, agregar e transgridir⁴. Esses fatores constituíam seu capital político (1999, p.51).

Já eleito deputado (em 1954), ele também passou a ser presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas, cargo que exerceu por 14 anos. Nas eleições de 1958, graças à sólida base eleitoral nos subúrbios cariocas, foi o segundo deputado mais votado, só Carlos Lacerda conseguiu superá-lo. Por outro lado, sua forma de atuação política que contemplava meticulosas trocas clientelistas, foi designada por Diniz (1982) como “máquina chaguista” - esta maquinária praticamente dominou a política carioca e fluminense, de 1970 até os primeiros anos da década de 1980. Motta (*op cit*) alude ao fato de que Chagas Freitas:

articulando um sistema baseado em uma teia de obrigações recíprocas, se tornava o mediador dos moradores de bairros, dos membros de corporações e de grupos religiosos junto à máquina governamental (...) pode-se, pois perceber que a montagem do chaguismo não estava ligada apenas aos espaços formais de atuação e de representação política (...) Tal fato pode ser explicado, em larga medida, pelo peso que tinha na Câmara de Vereadores/Assembléia Legislativa a representação de interesses localizados em torno de estruturas sindicais-corporativas (funcionários das empresas do Estado, por exemplo) e de certas regiões da cidade (o então chamado “sertão carioca”, entre outras), formando o que se pode chamar

⁴ O autor sugere que a compreensão desta questão solicita o aporte do trabalho de Bourdieu (1989) e seus conceitos de capital político e suas definições das noções de *corpus* e *habitus* ligadas ao campo político.

de eleitorado cativo, que vota em determinados candidatos independentemente da filiação partidária ou corrente ideológica (P.91)

Cumprе lembrar que o contexto político do Rio de Janeiro na década de 1970, por si só, se encontrava permeado pelas tensões entre temas “nacionais”, “fluminenses” e “cariocas”.

Em 1974, o Brasil passou a ter como presidente o general Ernesto Geisel (1974-1979) cujo governo é apontado pela historiografia brasileira como o marco inicial da “abertura política” e também como o caso do “milagre econômico”. Um período em que foi atenuada a repressão policial, a formação de novos partidos passou a ser permitida e no qual a censura à imprensa tornou-se gradualmente menor, ocorrendo também a suspensão dos atos institucionais e a anistia de presos políticos.

Naquele ano, aconteceram eleições livres para senadores, deputados e vereadores, cujo resultado favorável à oposição levou o governo a promulgar - dois anos depois - a Lei Falcão que proibiu o debate político nos meios de comunicação, particularmente no rádio e na televisão. Se o Brasil passava, portanto, por tantas transformações sociais, econômicas e políticas, em sua antiga capital as tensões pareciam ser ainda maiores.

Em 1975, a Lei Complementar nº20, de 1 de julho de 1974, realizou a união entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, válida a partir de 15 de março de 1975. O primeiro governante do “novo” estado do Rio de Janeiro – indicado pelo presidente Geisel – foi o almirante Faria Lima, considerado a melhor escolha “técnica” para aquele momento. Entre outras coisas, a fusão gerou uma acirrada disputa interna entre as lideranças do MDB (Movimento Democrático Brasileiro)⁵, um confronto de significativas consequências para a dinâmica da política estadual e que se personificou nas figuras de: Chagas Freitas, o chefe do MDB na Guanabara, e Amaral Peixoto, líder do MDB fluminense. Os anos de 1970 seriam particularmente marcantes para a antiga capital do Brasil...

Motta (2001) atenta para o fato de que a Guanabara manteve muitas das funções de principal centro político do país, podendo ser entendida como um verdadeiro estado-capital. Para a autora, “se em termos legais a transferência da capital se deu em 1960, o processo de esvaziamento de alguns signos da capitalidade da cidade do Rio de Janeiro só iria ocorrer dez anos depois”,

⁵ Vigorava naquele período o bipartidarismo, assim o cenário político partidário brasileiro era composto pelo MDB (oposicionista) e pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido que apoiava o governo.

ganhando vigor em 1974, ano anterior à fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Com efeito, este “esvaziamento” parece ter sido um dos grandes motores propulsores da política de então, aparentemente parecia ser extremamente importante mostrar que a fusão representava a união de dois estados federados, contrariando-a recorrente ideia de que se estava unindo uma cidade e um estado. E, no esteio desta questão, evidenciavam-se lutas pelo poder:

Se no Estado do Rio, Chagas Freitas estava de olho no futuro, na Guanabara ele apostava seu cacife político. Ou seja, tinha clareza de que só uma grande vitória nas eleições de 1974 seria capaz de lhe garantir um lugar privilegiado na nova composição de forças do campo político do Rio de Janeiro (Motta, 1999, p.163).

Algo extremamente significativo, na medida em que a mesma autora, citando o historiador José Murilo de Carvalho, afirma que os “espaços informais” de atuação política – que além dos já mencionados grupos religiosos compreendem locais como escolas de samba e clubes recreativos e esportivos – eram os locais privilegiados de atuação política dos cariocas.

Cumprir lembrar mais uma vez a especificidade daquele momento político, para a qual atentam Freire e Sarmento:

Por ser um campo político fortemente polarizado e de marcante participação eleitoral, a definição do estatuto político-institucional da cidade do Rio de Janeiro logo provocou a formulação de estratégias pelos principais partidos. Era evidente que o controle político sobre a terra carioca, mesmo desprovida da condição de sede do poder federal, representaria um enorme capital político. A fase de redefinição dos destinos do antigo Distrito Federal foi também um período em que os principais operadores políticos ensaiaram seus lances futuros e alinhavaram apostas sobre uma mesa de jogo ainda indefinida (1999, p.16).

Assim não causa espanto que, em outubro e novembro de 1974, “O Dia” tenha publicado uma coluna dominical intitulada “Guanabara - Ontem e Hoje”, na qual as conquistas de Chagas Freitas como governante da cidade (inauguração de escolas, postos de saúde, calçamento de ruas, etc.) e governante do estado que promovera a ocupação/integração de regiões como Jacarepaguá, Santa Cruz e Campo Grande, integrantes da Zona Oeste carioca, eram ressaltadas.

Um contraste entre um “Ontem/repleto de mazelas” e o “Hoje /espécie de pomo dourado prestes a ser devorado” parecia ser insistentemente evocado por Chagas Freitas, promovendo, segunda minha leitura, uma espécie apologia ao “novo” como algo necessariamente melhor, promessa interminável de prosperidade.

Entendo que tal prática não se configura como um apanágio da política chaguista, mas levanto a possibilidade de que todo o entrecruzamento de questões políticas e sociais do período conferiram a esta “mensagem”, naquele momento, um vigor bastante específico.